



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

## COMUNICADO DE IMPRENSA

### Execução Orçamental de Janeiro a Outubro de 2009

Foi hoje publicada, no site da Direcção-Geral do Orçamento, ([www.dgo.pt](http://www.dgo.pt)) a Síntese de Execução Orçamental de Janeiro a Outubro de 2009.

#### SUBSECTOR ESTADO

O défice do Subsector Estado, no período compreendido entre Janeiro e Outubro de 2009, registou um valor de 11674 milhões de euros, um acréscimo de 6772,9 milhões de euros relativamente ao valor verificado em igual período de 2008.

#### Despesa

Os dados da execução da despesa do Subsector Estado (Quadro 1) confirmam que os gastos continuam controlados.

A despesa total do período de Janeiro a Outubro encontra-se a crescer a uma taxa de 5,8%, e a despesa corrente a 4,2%, em termos homólogos, com o grau de execução a situar-se em 80,4%, inferior ao padrão de segurança.

Quadro 1. Execução da Despesa do Estado - Janeiro a Outubro de 2009

	TVH (%)
<b>Despesa Total</b>	5,8
Despesa Corrente	4,2
Despesa Corrente Primária	4,2
Remunerações Certas e Permanentes	0,1
Aquisição de Bens e Serviços	3,7
Juros	3,6
Despesa de Capital	32,3

  

	(%)
<b>Grau de Execução</b>	80,4

Legenda: TVH, Taxa de variação homóloga.  
Fonte: DGO.



## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

Destaca-se na execução orçamental até Outubro, o crescimento muito expressivo das despesas de capital (32,3%), traduzindo o esforço de investimento público, designadamente no que respeita ao bom ritmo de execução das medidas orientadas para a recuperação da actividade económica, que integram o Programa Iniciativa para o Investimento e Emprego. A taxa de execução deste Programa passou de 42,3% em Setembro para 46% em Outubro.

### Receitas fiscais

Até ao final de Outubro de 2009 a receita fiscal do subsector Estado registou um decréscimo de 14,8% relativamente a igual período de 2008 (Quadro 2), representando um agravamento na execução da receita fiscal de 1,4 p.p. face à taxa de variação homóloga de -13,4% observada em Setembro.

A evolução positiva dos impostos indirectos (com destaque para a melhoria nas receitas do IVA e do ISP) não foi suficiente para compensar a deterioração nos impostos directos.

Quadro 2. Receita Fiscal - Janeiro a Outubro de 2009

	2008	2009	Dif.	Var.
<b>Receitas fiscais</b>	<b>29.047,0</b>	<b>24.759,0</b>	<b>-4287,9</b>	<b>-14,8%</b>
Impostos Directos	<b>12.282,3</b>	<b>10.767,3</b>	<b>-1515,0</b>	<b>-12,3%</b>
IRS	7.393,0	7.052,2	-340,8	-4,6%
IRC	4.867,8	3.711,7	-1156,1	-23,7%
Outros	21,5	3,4	-18,1	-84,3%
Impostos Indirectos	<b>16.764,7</b>	<b>13.991,8</b>	<b>-2772,9</b>	<b>-16,5%</b>
ISP	2.122,0	2.038,3	-83,7	-3,9%
IVA	11.060,7	8.690,4	-2370,3	-21,4%
ISV	781,6	575,0	-206,6	-26,4%
IT	1.019,6	988,1	-31,5	-3,1%
IABA	158,8	149,1	-9,7	-6,1%
Selo	1.491,4	1.396,7	-94,7	-6,4%
IUC	83,5	106,4	22,9	27,4%
Outros	47,1	47,8	0,7	1,5%

Fonte: DGO, DGCI e DGAIEC.



## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

Esta evolução da receita fiscal reforça a leitura de que a conjuntura económica continua a mostrar sinais de recuperação.

Descontados os efeitos das medidas de política adoptadas pelo Governo no âmbito do combate à crise económica, constata-se que a receita fiscal registaria até Outubro um decréscimo de 11,2% face ao período homólogo de 2008 (Quadro 3). As medidas de política referidas incluem a redução da taxa de IVA normal de 21% para 20% e a redução dos prazos de reembolso, e visam a disponibilização antecipada de recursos financeiros às empresas e famílias num momento de recuperação económica.

Quadro 3. Receita Fiscal (corrigida das Medidas de Política) - Janeiro a Outubro de 2009

	2008	Medidas de Política			2009	Dif	Var
		Reembolsos	Transferências	Medidas de Política			
Receitas fiscais	29.047,0	664,3	0,0	379,0	25.802,3	-3.244,7	-11,2%
Impostos Directos	12.282,3	242,4	0,0	24,0	11.033,7	-1.248,6	-10,2%
IRS	7.393,0	0,0	0,0	0,0	7.052,2	-340,8	-4,6%
IRC	4.867,8	242,4	0,0	a) 24,0	3.978,1	-889,7	-18,3%
Outros	21,5	0,0	0,0	0,0	3,4	-18,1	-84,3%
Impostos Indirectos	16.764,7	421,8	0,0	355,0	14.768,6	-1.996,1	-11,9%
ISP	2.122,0	0,0	0,0	0,0	2.038,3	-83,7	-3,9%
IVA	11.060,7	b) 421,8	0,0	c) 355,0	9.467,3	-1.593,4	-14,4%
ISV	781,6	0,0	0,0	0,0	575,0	-206,6	-26,4%
IT	1.019,6	0,0	0,0	0,0	988,1	-31,5	-3,1%
IABA	158,8	0,0	0,0	0,0	149,1	-9,7	-6,1%
Selo	1.491,4	0,0	0,0	0,0	1.396,7	-94,7	-6,4%
IUC	83,5	0,0	0,0	0,0	106,4	22,9	27,4%
Outros	47,1	0,0	0,0	0,0	47,8	0,7	1,5%

Fonte: DGO, DGCI e DGAIEC. a) Efeito da redução do Limite do PEC de € 1250 para € 1000;

b) Efeito das medidas de diminuição do prazo médio de reembolsos e da redução do limite mínimo para pedidos de reembolso de IVA;

c) Efeito da redução da taxa de IVA normal de 21% para 20%.



## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

### OUTROS SUBSECTORES

A Segurança Social registou no final de Outubro de 2009 um saldo positivo de 999 milhões de euros, menos 904,2 milhões de euros relativamente ao final de Outubro de 2008. Destaque-se que a evolução da receita de contribuições e quotizações para a Segurança Social continuou positiva (0,3%).

A execução orçamental do conjunto dos Serviços e Fundos Autónomos, no mesmo período, revela um saldo positivo de 899 milhões de euros, representando uma melhoria de 182,6 milhões de euros relativamente ao período homólogo.

A execução orçamental da Administração Regional para os três primeiros trimestres de 2009 aponta para um saldo negativo de 118,6 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 100,2 milhões de euros face a igual período de 2008.

A execução orçamental da Administração Local para os três primeiros trimestres revela um saldo negativo de 334,7 milhões de euros, o que representa uma deterioração de 430,9 milhões de euros, relativamente ao mesmo período de 2008.

Lisboa, 20 de Novembro de 2009

Comunicado disponível em [www.mf.gov.pt](http://www.mf.gov.pt)

Assessoria de Imprensa  
Ministério das Finanças e da Administração Pública  
Av. Infante D. Henrique, 1  
1149-009 Lisboa  
Tel.: 351.21.881.68.61 / 69.37